

ATA NÚMERO 243/XII/3.^a SL

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a Ordem do Dia:

1. Audição do STE – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e de Entidades com Fins Públicos no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.^a (GOV) – Aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.
2. Audição da FESAP – Frente Sindical da Administração Pública no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.^a (GOV) – Aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.
3. Apreciação e votação das atas n.º 240, 241 e 242, referentes às reuniões de 7 (manhã e tarde) e 8 de janeiro, respetivamente.
4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 481/XII/3.^a (PCP) – Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.
Autor(a) do Parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 482/XII/3.^a (PCP) – Garante aos Trabalhadores o Vínculo Público de Nomeação como forma de assegurar a estabilidade e segurança dos vínculos laborais na Administração Pública.
Autor(a) do Parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
6. Distribuição da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.^a (GOV) – Proceder à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).
Autor(a) do Parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.
7. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 425/XII/2.^a (PCP) – Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de Setembro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.
Autora do parecer: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

8. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 478/XII/3ª (PS) - Aprova o regime jurídico aplicável às relações intercedentes entre as instituições bancárias e as instituições prestadoras de serviços de cartões como meio de pagamento de transações comerciais.
9. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.
Autor(a) do parecer: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).
10. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Governador do Banco de Portugal sobre a autorização concedida para a criação do “Banco Postal” no quadro da privatização dos CTT.
11. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão – Análise Anual do Crescimento para 2014 [COM(2013)800], ao Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao BCE, ao CES Europeu, ao Comité das Regiões e ao BEI – um Mercado Único favorável ao Crescimento e ao Emprego: análise dos progressos realizados e dos obstáculos que subsistem nos estados-membros - contribuição para a Análise Anual do Crescimento em 2014 [COM(2013)785] e ao Projeto de Relatório conjunto sobre o Emprego que acompanha a Comunicação da Comissão relativa à Análise Anual do Crescimento 2014 [COM(2013)801].
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
12. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão: Projetos de Propostas de Orçamento na Área do Euro para 2014: Avaliação geral da situação e perspetivas orçamentais + Pareceres sobre o projeto de proposta de orçamento de vários Estados-Membros [COM(2013)900].
Relator: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).
13. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 316/XII/3.ª, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes e outro: Solicitam a abolição da venda judicial ou coerciva da casa de morada de família dos cidadãos, para pagamento de dívidas.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
14. Informação sobre iniciativas europeias.
15. Outros assuntos.

1. Audição do STE – Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e de Entidades com Fins Públicos no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – Aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou aos trabalhos, dando as boas-vindas à delegação do STE e enquadrando a audição no âmbito dos trabalhos de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. Sobre esta matéria, o Senhor Presidente recordou a metodologia adotada pela Comissão para a apreciação do referido diploma, nomeadamente quanto à criação de um [Grupo de Trabalho](#), sublinhando o esforço desenvolvido pelos membros do referido GT em conceder todas as [audiências](#) que haviam sido solicitadas.

De seguida, interveio o STE para uma intervenção inicial sobre o diploma em apreço, após o que o Senhor Presidente deu início ao debate, no âmbito do qual usaram da palavra os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Jorge Machado (PCP), Mariana Aiveca (BE) e Artur Rego (CDS-PP), tendo o STE respondido em conjunto às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a presença e esclarecimentos do STE, manifestando disponibilidade para a continuação da colaboração institucional com aquela estrutura sindical, após o que deu por concluída a [audição](#), suspendendo os trabalhos.

2. Audição da FESAP – Frente Sindical da Administração Pública no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – Aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas.

O Senhor Presidente da Comissão reiniciou aos trabalhos, dando as boas-vindas à delegação da FESAP e recordando tratar-se de uma audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Aprova a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. Sobre esta matéria, o Senhor Presidente deu conta da metodologia adotada pela Comissão para a apreciação do diploma em apreço, e os trabalhos desenvolvidos pelo [Grupo de Trabalho](#) criado para o efeito.

A FESAP usou da palavra para uma alocução inicial no âmbito da qual sublinhou diversas normas da proposta de lei em apreço, após o que o Senhor Presidente deu início ao debate, no âmbito do qual intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Conceição Bessa

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Ruão (PSD), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE), após o que a FESAP respondeu, em conjunto, às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a presença e esclarecimentos da FESAP e manifestou disponibilidade para contributos ulteriores daquela estrutura sindical, após o que deu por concluída a [audição](#), suspendendo os trabalhos.

3. Apreciação e votação das atas n.º 240, 241 e 242, referentes às reuniões de 7 (manhã e tarde) e 8 de janeiro, respetivamente.

As [atas n.º 241 e 242](#), referentes às reuniões de 7 (tarde) e 8 de janeiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE. A ata n.º 240, tendo sido detetado um lapso, foi ratificada considerando a correção em falta.

**4. Distribuição do Projeto de Lei n.º 481/XII/3.ª (PCP) – Programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.
Autor(a) do Parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) como autor do parecer ao [Projeto de Lei n.º 481/XII/3.ª \(PCP\)](#). O Senhor Presidente informou que a presente iniciativa se encontrava em apreciação pública até 11 de fevereiro.

**5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 482/XII/3.ª (PCP) – Garante aos Trabalhadores o Vínculo Público de Nomeação como forma de assegurar a estabilidade e segurança dos vínculos laborais na Administração Pública.
Autor(a) do Parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

O Grupo Parlamentar do PS indicou a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) como autora do parecer ao [Projeto de Lei n.º 482/XII/3.ª \(PCP\)](#). Também sobre esta iniciativa, o Senhor Presidente informou que se encontrava em apreciação pública até 11 de fevereiro.

**6. Distribuição da Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª (GOV) – Proceda à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014).
Autor(a) do Parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PCP.**

O Grupo Parlamentar do PCP indicou o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) como autor do parecer da COFAP à [Proposta de Lei n.º 193/XII/3.ª \(GOV\)](#). Sobre esta iniciativa, o Senhor Presidente deu conta da sua apreciação pública por 20 dias, atento o pedido de urgência do Governo, em curso até 30 de janeiro, recordando o agendamento para a sessão plenária de 22 de janeiro, considerando que a votação na generalidade poderia ocorrer após o término da apreciação pública. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou que a conferência de líderes tem viabilizado o debate na generalidade, sem votação, de iniciativas cuja apreciação pública ainda decorre, solicitando que os serviços confirmassem se se verifica uma exceção a esta regra em matéria de Orçamentos do Estado.

7. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 425/XII/2.ª (PCP) – Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos - Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de Setembro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Autora do parecer: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).

A Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 425/XII/2.ª \(PCP\)](#), dando conta dos principais objetivos da iniciativa e o enquadramento legal em vigor, após o que sintetizou o teor do parecer e as conclusões dele constantes. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que sublinhou tratar-se de uma iniciativa legislativa resultante dos casos concretos apresentados. Não se registando intervenções adicionais, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

8. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 478/XII/3ª (PS) - Aprova o regime jurídico aplicável às relações intercedentes entre as instituições bancárias e as instituições prestadoras de serviços de cartões como meio de pagamento de transações comerciais.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou o adiamento, para a reunião ordinária seguinte da Comissão, do presente ponto da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou as sugestões do PS para a realização de audições: Banco de Portugal, Associação Portuguesa de Bancos, UNICRE, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Confederação do Turismo Português, Associação

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Portuguesa de Empresas de Distribuição, Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, Associação de Hotelaria de Portugal, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e Associação Portuguesa dos Utilizadores e Consumidores de Serviços e Produtos Financeiros. Foi consensualizado que os restantes Grupos Parlamentares poderiam apresentar sugestões de audições até ao final da semana em curso.

9. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes.

Autor(a) do parecer: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) apresentou o parecer ao [Projeto de Lei n.º 490/XII/3.^a \(BE\)](#), dando conta dos principais objetivos da iniciativa e o enquadramento legal em vigor, após o que sintetizou o teor do parecer e as conclusões dele constantes. Não se registando intervenções adicionais, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade.

10. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Governador do Banco de Portugal sobre a autorização concedida para a criação do “Banco Postal” no quadro da privatização dos CTT.

O Senhor Deputado Bruno Dias apresentou o Requerimento e a sua fundamentação, tendo intervindo, em sede de debate, os Senhores Deputados João Galamba (PS), Duarte Pacheco (PSD) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o requerimento sido aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

11. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão - Análise Anual do Crescimento para 2014 [COM(2013)800], ao Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao BCE, ao CES Europeu, ao Comité das Regiões e ao BEI – um Mercado Único favorável ao Crescimento e ao Emprego: análise dos progressos realizados e dos obstáculos que subsistem nos estados-membros - contribuição para a Análise Anual do Crescimento em 2014 [COM(2013)785] e ao Projeto de Relatório conjunto sobre o Emprego que acompanha a Comunicação da Comissão relativa à Análise Anual do Crescimento 2014 [COM(2013)801].

Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o relatório relativo à [Comunicação da Comissão](#), ao [Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao BCE, ao CES Europeu, ao Comité das Regiões e ao BEI](#) e ao [Projeto de Relatório conjunto sobre o Emprego](#), sublinhando as prioridades apontadas pela Comissão Europeia para 2014, tendo intervindo, em sede de debate, os Senhores Deputados João Galamba (PS), Paulo Sá (PCP) e Cecília Meireles (CDS-PP), que cumprimentaram o relator pelo trabalho efetuado. Posteriormente, o relatório foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, verificando-se a ausência do BE.

Sobre esta matéria, o Senhor Presidente recordou tratar-se de uma questão central, a ser debatida na Semana Parlamentar Europeia, na semana seguinte.

12. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão: Projetos de Propostas de Orçamento na Área do Euro para 2014: Avaliação geral da situação e perspetivas orçamentais + Pareceres sobre o projeto de proposta de orçamento de vários Estados-Membros [COM(2013)900].

Relator: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

O Senhor Presidente recordou que a iniciativa europeia em apreço resulta do *two-pack* ao qual a Comissão Europeia deu, pela primeira vez, seguimento em 2013, tendo sido muito discutida a compatibilização desta matéria com os calendários orçamentais nacionais dos Estados-Membros. De seguida, o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS) apresentou o relatório relativo à [Comunicação da Comissão: Projetos de Propostas de Orçamento na Área do Euro para 2014](#), tendo sido saudado pelos Grupos Parlamentares, após o que foi votado e aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS, CDS-PP e BE, verificando-se a abstenção do PCP.

13. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 316/XII/3.^a, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes e outro: Solicitam a abolição da venda judicial ou coerciva da casa de morada de família dos cidadãos, para pagamento de dívidas.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como relatora da [Petição n.º 316/XII/3.^a](#) a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

14. Informação sobre iniciativas europeias.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) como relatora da [Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2009/831/CE no que se refere ao seu período de aplicação](#), tendo os Senhores Deputados tomado, ainda, conhecimento de um conjunto de outras iniciativas europeias enviadas à Comissão.

15. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta de um convite da OCDE para os “*OECD Parliamentary Days*”, tendo havido anuência para solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República a devida autorização com vista à participação de uma delegação da COFAP.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta da baixa a outra Comissão da Proposta de Lei n.º 190/XII/3.^a (GOV), sobre matérias da competência da COFAP, tendo a Comissão consensualizado dar conta deste entendimento à Senhora PAR.

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Sá
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Norte
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Nuno Reis

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Filipe Soares